

Identidade nacional e identidade-sinthoma¹

Vicente Palomera

1. Como abordar, desde a psicanálise, a questão da identidade nacional? Como definir a identidade nacional? Começarei pelas notícias da imprensa. "Theresa May acaba de propor que os europeus que residem no Reino Unido terão que tirar um DNI para se manterem legalmente no país depois do *Brexit*, enquanto que o resto dos britânicos não necessita de nenhum documento de identidade". Nessa notícia do jornal encontramos a natureza própria da identidade nacional. De fato, por trás dos documentos de identidade está sempre o imperativo do mestre. Nesse caso, a obrigação dos europeus de tirar os documentos de identidade para se manterem no Reino Unido demonstra que é sempre o Outro que submete os sujeitos à exigência de serem idênticos. Então, extraímos uma primeira conclusão: o imperativo do discurso do mestre consiste em indexar o sujeito sempre pelo mesmo significante. Isso é um efeito da mutação cartesiana do sujeito, ou seja, uma demonstração de que o sujeito está submetido à exigência de ser idêntico, uma exigência que, em nossa cultura, é suportada pelo nome próprio e por um número no DNI. Pois bem, o correlato desse imperativo de identidade, ao qual o mestre submete o sujeito, é que esse Outro que se agita no seio de minha identidade comigo mesmo se destaque e se torne ainda mais presente.

Desde Freud, sabemos claramente que o que o sujeito encontra no Outro, durante uma análise, não é tanto sua identidade, mas suas identificações, e isso na medida em que ele vai se separando delas. E por que se separa de suas identificações? Porque, precisamente, nenhuma identificação satisfaz à pulsão, ou seja, nenhuma identificação acalma seu ser de gozo.

2. A identidade é esse ser de linguagem que podemos abordar nessa articulação entre identificação e gozo. Lacan situa o problema a partir do estágio do espelho e da função do Eu (*Je*), ou seja, diferenciando o Eu gramatical do eu do narcisismo². Esse Eu gramatical (*Je*) não é o indivíduo que se identifica com uma comunidade de pertença (sempre hostil às outras), mas tampouco é o eu narcisista (*moi*) que se enraíza no imaginário. Esse Eu gramatical ao qual se refere Lacan é uma *função* na fala e no campo da linguagem, é o Eu que falando dá um lugar ao inconsciente, é o Eu da fala separada de qualquer esforço ou tentativa de domínio. Nessa mesma perspectiva, podemos dizer que Lacan sustenta que o Eu é mais retórico que narcisista, ou seja, o Eu ama a si mesmo enquanto ama o próprio discurso. É a linguagem que faz existir uma conversação entre um "eu que me falo" e um "eu que me escuto", o que levou Paul Valéry a declarar que "o eu é um eco", o que, em outras palavras, implicaria que cada um conhece a si mesmo de ouvido.

Na hora de responder à pergunta "Quem sou Eu (*Je*)?", Lacan evoca Paul Valéry: "Quem sou Eu (*Je*)? Sou no lugar desde onde se vocifera que o 'universo é um defeito na pureza do Não-Ser'"³ e prossegue "e isto não sem razão, pois conservar-se, esse lugar faz languidescer o Ser mesmo. Se chama o Gozo, e é aquilo cuja falta faria vão o universo"⁴.

Esse lugar é aquele que cada um deverá se encarregar após atravessar as identificações tomadas do Outro, desde as normas até o modo de comunhão possível com o outro. Justamente, ao terminar o "Estádio do espelho", Lacan nos dá uma bela fórmula para o final de uma análise: "o psicanalista pode acompanhar o paciente até o limite extático do 'Você é isso', onde se revela a cifra de seu destino mortal". Extático, a palavra está aí para designar o ser de gozo que não tem um significante. Aqui temos uma fórmula que explica que o que se encontra ao final de uma análise é um ser de gozo que não tem sua *identidade* no

significante e que encontra sua consistência na fantasia. É nessa perspectiva que o sujeito busca discernir seu nome de gozo, tentando superar o anonimato que o golpeia ao nível do significante. Freud nos dá uma forma aproximada nos títulos de alguns de seus casos, *Homem dos Ratos*, *Homem dos Lobos*, onde temos nomes novos para designar o sujeito que não é o seu nome próprio, mas o *lugar* de um gozo onde o sujeito não é mais ele mesmo. De todo modo, o nome de sintoma é um verdadeiro nome de identidade na medida em que nomeia a partir de uma singularidade e só uma.

Nessa perspectiva, o que significa falar de identidade nacional? Significa, principalmente, acreditar na existência de uma enunciação coletiva, supõe a fantasia de um "nós" que nos identificaria, o que por fim dará lugar a diversos subgrupos no seio da espécie humana, com os efeitos de segregação que eles geram.

3. O que é uma nação? Primeiramente, é um profundo legado de recordações. Isso já havia sido assinalado faz tempo por Ernest Renan e, mais recentemente, pela socióloga Dominique Schnapper que declararam que "tanto para os indivíduos como para os povos, a memória é o predicado do ser"⁵.

A ideia de nação é sempre mística e obscura. Se ela é confundida com a etnia, com o Estado ou com a sociedade, mais além dessas precisões, aparece sempre a nebulosa afetiva: o sentimento de pertencimento a uma coletividade.

Schnapper traça um conciso e claro percurso histórico do processo, centrado nos discursos de Fichte à nação alemã, que centralizam os elementos românticos do nacional, anunciadores dos posteriores nacionalismos. Em compensação, a nação democrática tende a integrar indivíduos e grupos heterogêneos, sem recorrer aos mortos e ao sangue. A "identidade nacional" é um ser de linguagem, um depósito de recordações "encobridoras", pois o próprio Renan não exige que essas recordações estejam fundamentadas nas mais

confiáveis investigações históricas disponíveis. Com efeito, em seu livro *¿Qué es una nación?*⁶, ele escreve: “O esquecimento, e inclusive a confirmação do erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação”. Longe de consentir com o “progresso dos estudos históricos”, Renan enfatiza que frequentemente esse progresso representa “um perigo para o sentimento da construção nacional”. Digamos que toda nação se constrói baseada em lendas e mitos. Por isso, Renan não se ilude: “as nações não são eternas. Tiveram seu princípio e terão o seu fim”. Dado esse destino final, e uma vez que Renan entendia a existência continuada de uma nação a partir do que ele chamava “um plebiscito diário”, reiterava que ao se convocar uma nação seria melhor optar pelo mito - codificado pela rememoração coletiva - do que optar pela história. Por tudo isso, quando querem modificar os mitos coletivos nacionais sempre soam alarmes. Em suma, a identidade nacional é uma espécie de interação de uma memória coletiva que presta pouca atenção à precisão histórica.

O sentido de pertencimento nacional se manteria, caso o orgulho pela história da nação fosse abalado mediante a ampla disseminação daqueles elementos históricos que deveriam ser ignorados ou esquecidos, conforme assegurava Renan?

Em *L'écriture de l'histoire*, Michel De Certeau, analisou em profundidade essa dimensão da história como mito e as distintas práticas históricas que são o correlato da práxis social dos grupos humanos. Em um capítulo dedicado ao que Freud fez da história, ele recorda que o que chamamos de história não passa de um relato. Tudo começa com a *lenda* que dispõe os objetos “curiosos” na ordem que devemos lê-los. É do imaginário que necessitamos para que o que teve lugar *em outra parte* repita só o *aquí*. Quando recebemos o texto já se realizou uma operação, a de eliminar a alteridade e seu perigo, para não guardar do

passado senão aqueles fragmentos reunidos no *puzzle* de um presente.

Assim, a fala histórica vacila entre esses polos que a língua alemã distingue com precisão entre a história que se conta (*Historie*) e o que aconteceu (*Geschichte*). A finalidade do discurso do mestre consiste em fazer do mito o motor fundamental para propor identidades, ou, melhor dizendo, identificações. Por sua vez, a psicanálise vai na contra-mão de todo "identitarismo". A política procede por identificação, manipula os significantes mestres, tenta capturar o sujeito e, por seu lado, o sujeito definido pela falta-a-ser, pela falta de identidade, não pede outra coisa.

4. A psicanálise supõe uma travessia das identidades, sejam nacionais, culturais, sexuais, religiosas, majoritárias, minoritárias, etc. Esse empuxo à identidade está no cerne do debate político atual, e os pensadores, intelectuais e universitários se sentem convocados a dizer algo. Da nossa parte, trata-se de discernir em que medida o tratamento lacaniano da questão do Eu (*Je*), como um eu sem identidade, mas não sem história e sem desejo, traz um ponto de vista que pode esclarecer as confusões da identidade.

Foi o que discutimos recentemente com Clotilde Leguil em um encontro em Barcelona⁷. Como ela assinala, "a identidade em psicanálise pode ser concebida como uma relação singular com a existência por meio de nosso *sintoma*. A identidade tem a ver com o que excede a toda norma e testemunha nossa nativa inadaptação às normas do Outro. Tem a ver com o modo com que respondemos padecendo do que não nos convém nas normas do Outro [...] O *sintoma* é, ao mesmo tempo, uma identidade e também o que vem a confundir a relação do sujeito com seu ser".

Para finalizar, o que em psicanálise conhecemos como "travessia da fantasia", ou seja, a travessia do plano das

identificações que sustentam o enquadre da fantasia do sujeito, é um processo que conduz a não esperar do Outro o reconhecimento de nossa identidade. Ao final, a identidade é apenas um resto que não se modaliza em um "nós" identitário porque concerne à relação mais íntima do sujeito com o gozo e o estilo do Eu (*Je*) de cada um.

Tradução: *Angélica Cantarella Tironi*

¹ Traduzido ao português, com a amável autorização do autor, a partir de:

<http://identidades.jornadaselp.com/textos-y-bibliografia/texto-de-orientacion/identidad-nacional-e-identidad-sinthoma/>

² LACAN, J. (1998[1949]). "O estádio do espelho como formador do eu tal como nos é revelada na experiencia analítica". In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

³ IDEM. (1998[1960]). "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano". In: *Escritos*. Op. cit., p. 834.

⁴ IDEM. *Ibidem*.

⁵ SCNAPPER, D. (2002). *La comunidad de los ciudadanos. Acerca de la idea moderna de nación*. Madrid: Alianza. Ver também: RIEFF, D. (2017). *Elogio del olvido*. Barcelona: Editorial Debate, pp. 45-46.

⁶ RENAN, E. (2010). *¿Qué es una nación?* Madrid: Ediciones Sequitur.

⁷ LEGUIL, C. (jun. 2017). "Illusion du 'nous', vérité du 'Je'. La psychanalyse lacanienne comme traversée des identités". Jornada del Taller de Estudios culturales de la SCB-Universidad Popeu Fabra, Barcelona.